

O ABSOLUTISMO NA INGLATERRA

Em 1553, Maria Tudor, a Sanguinária, filha de Henrique VIII e casada com Filipe II da Espanha, reata os laços da Inglaterra com Roma, opondo-se ao anglicanismo instaurado por seu pai. É morta em 1558. Sucede-a Elizabeth I (no poder de 1558-1603). Elizabeth I restaura a Igreja Anglicana nacional, enfrenta graves conflitos político-religiosos e sustenta guerras navais. Dá apoio a piratas (Drake, em particular) que atacavam os carregamentos de prata vindos do México para a Espanha dos Habsburgos.

Em 1588, a “Invencível Armada Espanhola” (130 navios com 30 mil homens) é destruída nas costas inglesas. No campo comercial, a preponderância espanhola é, então, substituída pela hegemonia inglesa.

Os mercadores-manufatureiros organizam sociedades por ações e criam a Companhia Moscovita (1554), a Companhia do Levante (1581) e a importante Companhia das Índias Ocidentais (1600).

Em 1584 fundam a primeira colônia na América do Norte: Virgínia, nome dado em homenagem à Rainha Virgem.

As atividades da Bolsa de Londres têm início em 1571.

De 1603 a 1648 passam a reinar os Stuarts. Jaime I (1603-1625) e Carlos I (1625-1649) ampliam a centralização absolutista (por meio da venda de títulos e cargos, impostos pesados), mas sofrem resistência do Parlamento, que é dissolvido várias vezes. De 1642 a 1648, tem lugar uma guerra civil entre a Coroa e o Parlamento. Cria-se um novo exército parlamentar, organizado pelo puritano independente Oliver Cromwell (1599-1658).

Em 1649, Carlos I é executado, abolindo-se a monarquia.

No período republicano (1649-1660), ocorreu a ditadura pessoal de Cromwell (1653 a 1658), que dissolveu o Parlamento.

Com a restauração dos Stuarts (1660-1688), abre-se então um novo período. Após vários conflitos, fixam-se não só os direitos individuais (da burguesia, sobretudo), como o habeas-corpus (1679), mas também se define o agrupamento dos parlamentares em dois partidos distintos: whigs (liberais) e tories (conservadores).

Unidos ante novo perigo de centralização sob o rei católico Jaime II (1685-1688), os whigs e os tories oferecem a Coroa a Guilherme III de Orange (Holanda), defendendo “a religião protestante e o Parlamento livre”. É a Revolução Gloriosa (1688).

A burguesia comercial consegue impor sua autoridade, através do Parlamento, a religião protestante e os direitos do cidadão (burguês). Assim, na Inglaterra, o poder central sofreu embates e limitações provenientes de um regime constitucional e liberal que marginalizava a Coroa; ao contrário, portanto, do que ocorria na França.

Na Inglaterra, criavam-se as condições para a acumulação que levaria à Revolução Industrial ($\pm$ 1760); na França, o fechamento absolutista e o encastelamento da nobreza resultariam numa profunda revolução social (1789).

ESTADOS NACIONAIS E O MERCANTILISMO

Uma das principais características da História Moderna foi, sem dúvida, o surgimento e a consolidação dos Estados nacionais. Se compararmos o mapa da Europa medieval do ano 1200 com o da Europa à época de Napoleão, notaremos mudanças significativas na fisionomia desse continente. A tendência à formação de grandes Estados nacionais salta à vista, da mesma forma que chama a atenção o desaparecimento de um grande número de feudos, condados e outras formas de organização político-econômica que dominavam no período medieval.

A consolidação territorial dos Estados modernos se inicia por volta de 1200, sobretudo na França, na Inglaterra e na Espanha. No século XIV, as fronteiras que delimitavam esses Estados já estavam quase definitivamente constituídas.

A idéia de Estado atravessará os tempos, estando presente no período absolutista, nas Revoluções Burguesas dos séculos XVIII, XIX e XX, nas

Revoluções Socialistas dos séculos XIX e XX e nas Lutas de Libertação Nacional no século XX (Argélia, Vietnã, Angola, por exemplo).

O filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, já no século XVIII, chegou até mesmo a defender como um dos direitos do cidadão a possibilidade de colocar-se fora da tutela do Estado.

Na época moderna, o Estado foi o personagem central desse período. Isto é, ele foi o sujeito e o objeto das políticas públicas levadas a efeito nesse tempo, enfeixadas sob o nome de mercantilismo.

O ESTADO MODERNO COMO PROBLEMA HISTÓRICO

Dissemos que o Estado é o personagem dessa trama singular, o executor da política mercantilista. O Estado moderno se forma na crise do sistema feudal, opondo-se aos particularismos urbanos (das cidades comerciais) e aos particularismos feudais e regionais. Assim ele tem que se impor a essas forças particularistas. E opõe-se também ao universalismo da Igreja e ao velho ideal de Império (da tradição romano-germânica).

Por que os Estados modernos eram diferentes?

A variedade de tipos de Estados nascentes (inglês, francês ou holandês, por exemplo), com suas diferentes características, deriva dos tipos de combinação alcançados nas diversas regiões em resposta aos desafios históricos.

Assim, na França, predominou a força do poder central, sobrepondo-se à burguesia e controlando fortemente a nobreza, resultando no Estado absolutista dos "Luíses". Na Inglaterra, onde o poder central já vinha temperado pela Magna Carta (1215), no século XVII o Estado passa a ser controlado pela burguesia, fortalecendo-se o Parlamento. Já nas Repúblicas das Províncias Unidas do Norte (Holanda), prevaleceu a força das cidades; ou seja, os particularismos urbanos bloquearam a centralização do poder. A Holanda viveu, já no século XVII, grande liberdade comercial e de pensamento.

Os Estados surgidos na época moderna visa-

vam a unidade territorial de cada um, governada por soberanos cujo objetivo era a formação de uma sociedade nacional. A Guerra dos Cem Anos, ocorrida nos séculos XIV e XV (1339-1453), entre a França e a Inglaterra, fez com que os Estados nacionais desenvolvessem uma economia de guerra, criando impostos crescentes sobre a população, para manter seus respectivos exércitos.

No fim do século XIV, a crise econômica determina uma queda na renda dos senhores feudais (a nobreza), que, enfraquecidas, cedem cada vez mais ante os esforços de centralização e unificação. É nesse sentido que a interpretação do historiador sueco Heckscher ganha expressão quando afirma que o Estado moderno se define em relação a duas tendências históricas distintas:

- *contra o universalismo característica da Idade Média (a Igreja e o Sacra Império), em defesa das instituições sociais de seu territórios;

- *contra o particularismo dos feudos, das cidades, das corporações de ofício, das províncias e das instituições que dominavam a vida medieval.

Nesse difícil equilíbrio - uma espécie de "linha média" - ora venceu o Estado absolutista (como na França), ora venceu o particularismo das cidades (como na Itália, que somente em 1870 seria unificada).

A ação do poder central do Estado é, nesse contexto, "moderna". Dá-se contra o quadro de valores políticos, jurídicos e religiosos vigentes na Idade Média e se alimenta dos novos impulsos sociais da burguesia ascendente para consolidar seu poder. Por outro lado, a queda da renda feudal obrigou a nobreza fundiária (que se mantinha com as rendas da terra) a realizar alianças com príncipes: essa nobreza tornou-se o principal elemento na administração do Estado. Ela, utilizando a máquina estatal e seus mecanismos fiscais, complementava sua renda e prolongava seu sistema de poder.